

OFTALMOLOGISTAS DEFENDEM A SAÚDE OCULAR DA POPULAÇÃO

Assistência qualificada depende de condições de trabalho adequadas e remuneração digna



CAMILA KASEKER

Há mais de 20 anos, o Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO) luta, nas três esferas de Poder – Legislativo, Executivo e Judiciário – contra a prescrição de óculos sem receita médica. Mas esta não é a única preocupação desses especialistas com a saúde pública: eles reivindicam políticas adequadas para o bom atendimento a todos os cidadãos; preparação do sistema frente ao envelhecimento populacional e à maior prevalência

de doenças oculares; formação sólida e condições dignas de trabalho para os médicos. É o que você verá nesta reportagem da série da Revista da APM sobre as especialidades.

“Precisamos oferecer ao governo uma forma de atender mais pessoas sem perder qualidade; existem mecanismos para isso”, afirma o presidente do CBO, Paulo Augusto de Arruda Mello, segundo o qual a capacidade de mobilização dos profissionais e sua presença constante em Brasília são indispensáveis para a orientação de políticas públicas voltadas à área.

Recentemente, por exemplo, a entidade apresentou um plano ao Ministério da Saúde no intuito de dinamizar o transplante de córneas.

Graças a essa visão, os oftalmologistas têm conseguido esclarecer os parlamentares e gestores sobre a importância de o profissional médico ser o único responsável pelo diagnóstico e prescrição, rejeitando propostas de regulamentação da optometria – atividade que seria realizada por técnicos apenas para a receita de óculos ou lentes de contato.

De acordo com Mello, que também

DEM LAÇÃO



Comunicação CBO

é professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), o momento da consulta é a grande oportunidade para a identificação de possíveis doenças oculares assintomáticas. "Cerca de 800 mil brasileiros têm glaucoma e não sabem; por sorte, a doença progride depois dos 40 anos, quando as pessoas procuram atendimento para enxergar melhor de perto", exemplifica. "Apenas o médico está preparado para diagnosticar outros problemas além da refração; uma cefaleia pode sinalizar tumor intraocular ou cerebral; a optometria levaria ao retardamento

do diagnóstico", argumenta.

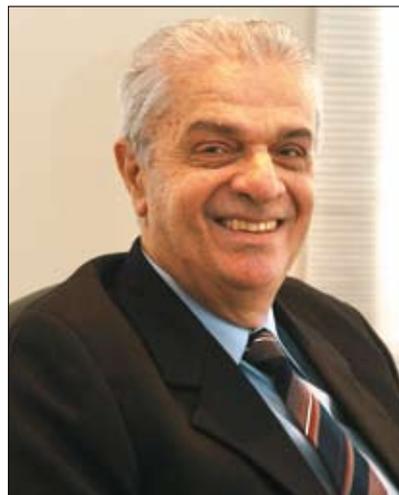
O diretor social adjunto da Associação Paulista de Medicina (APM), Antonio Ismar Marçal Menezes, oftalmologista em Santos há 40 anos, complementa: "A optometria representa grave distorção por conta dos interesses mercadológicos envolvidos. A consulta optométrica normalmente não é cobrada e o rendimento de quem prestaria o suposto serviço está contido no lucro sobre a venda dos óculos".

Essa luta, aliás, reforça o coro da classe pela regulamentação da medicina, reconhecendo que o diagnóstico nosológico, a prescrição de tratamento e a realização de procedimentos invasivos são atribuições exclusivas dos médicos. O projeto de lei 268/02, que representa essa conquista, aguarda parecer final do Senado. A matéria tramita no Congresso Nacional faz oito anos.

NECESSIDADE DE INTERIORIZAÇÃO

São 15 mil oftalmologistas no Brasil aproximadamente; 4,5 mil concentrados em São Paulo. Como ocorre em outras especialidades, é grande a demanda por profissionais no interior e em regiões mais afastadas. "Precisa haver vontade política para que a saúde ocular chegue a todos os brasileiros", frisa o presidente do CBO. Embora seja utópico ter representantes de todas as áreas médicas em cidades pequenas, ele cita alternativas como sistema de encaminhamento, ambulatórios itinerantes e telemedicina.

A proposta da APM e das entidades médicas nacionais é a criação da carreira de Estado para o médico, com ingresso por concurso público, início em locais de difícil provimento e posterior mobilidade ao longo do tempo, progressão por antiguidade e mérito, dedicação exclusiva (40 horas semanais) e remuneração básica de R\$ 15.187,00. A reivindicação está contida na Proposta de Emenda Constitucional 454, apresentada por Ronaldo Caiado e



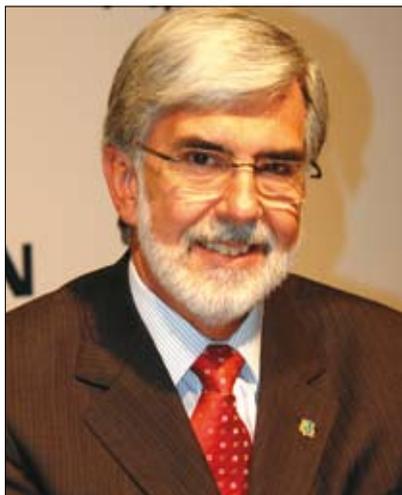
Osmar Bustos

"A optometria representa interesses mercadológicos; o suposto serviço está contido no lucro sobre a venda dos óculos"

Ismar Marçal Menezes

Eleuses Paiva, ex-presidente da APM e da Associação Médica Brasileira, à Câmara dos Deputados em 2009.

"Hoje em dia, a necessidade de educação médica continuada é cada vez mais premente, mas também se multiplicam as opções de atualização à distância, pela internet", lembra Geraldo Vicente de Almeida, professor adjunto da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. "As especialidades precisam ser exercidas em núcleos populacionais que tenham infraestrutura mínima, hospitais, aparelhagem e equipes de profissionais", enfatiza. "Nos grandes centros, a enorme demanda até compromete a qualidade do ensino nos serviços universitários", relata ele, que chefiou o Departamento de Oftalmologia da instituição por oito anos, atuando já há quase cinco décadas na especialidade.



Comunicação CBO

“Diante da má remuneração médica, a carga horária de trabalho para a sobrevivência do profissional é muito grande”

Paulo A. de Arruda Mello

MERCADO DE TRABALHO

A concentração de profissionais, por sua vez, permite que gestores dos sistemas público e suplementar se valham da lei da oferta e procura para desvalorizar os honorários médicos, incontestavelmente defasados no Sistema Único de Saúde, tanto pela Tabela do SUS quanto no salário dos médicos contratados, e nos planos de saúde, no que diz respeito a valores de consulta e de procedimentos.

Na opinião de Paulo de Arruda Mello, “com a má remuneração médica, a carga horária de trabalho para a sobrevivência do profissional é muito grande”. Também vem se tornando comum a associação de profissionais em clínicas, com o objetivo de compartilhar aparelhos e reduzir custos. O problema é quando alguns médicos aceitam rece-

ber, por isso, apenas uma porcentagem dos honorários, perdendo a noção do valor real de seu trabalho.

“Estamos esquecidos há 15 anos, mediante defasagem inaceitável dos honorários”, protesta Ismar Menezes. “Como o médico tem que produzir muito para atingir o mínimo de renda, o tempo da consulta foi reduzido pela metade, o que compromete a qualidade do atendimento e acarreta diversas deficiências ao sistema.”

O diretor acrescenta que boa parte dos pacientes oftálmicos consiste em idosos, que requerem atenção maior, explicações detalhadas, diálogo com familiares, assim como avaliação mais complexa e acompanhamento muito próximo nos casos cirúrgicos.

“Se não explicarmos bem o caso ao paciente ou a seu acompanhante, corremos sério risco de criar falsa expectativa quanto ao resultado do tratamento e posterior insatisfação; o paciente deve estar bem informado e assumir os riscos junto com o médico”, ensina.

A carência de grande parte da população é outro desafio para os oftalmologistas. “Muitas vezes, as pessoas não têm condições de comprar os óculos ou até mesmo um colírio. Ninguém enxerga só com a receita”, lamenta Gerado Almeida.

FORMAÇÃO DO ESPECIALISTA

“Temos uma grande responsabilidade com a saúde pública quando entregamos um Título de Especialista a um médico; estou mostrando à população alguém competente”, reflete o presidente do CBO. A entidade tem credenciados 50 cursos de especialização (15 em São Paulo), com três anos de duração, que podem ser programas de residência ou não. Anualmente, o Conselho aplica a Prova Nacional de Oftalmologia, constituída de três fases que avaliam conhecimento teórico e prático.

No exame de janeiro deste ano,

houve 517 candidatos ao Título, sendo 50,41% aprovados. Entre os que estavam concluindo cursos credenciados pelo CBO, o índice de aprovação foi de 68,01%. Puxam a média para baixo os participantes que fizeram residência reconhecida somente pelo Ministério da Educação (MEC), os ex-alunos de cursos não-credenciados e os independentes, com percentuais de aprovados equivalentes a 45,61%, 16,67% e 8,54%, respectivamente.

Segundo Mello, é interessante notar que os residentes de cursos não credenciados pelo Conselho, mesmo tendo a prerrogativa de atuar como especialistas, segundo a legislação atual, submetem-se à prova e almejam o Título de Especialista concedido pelo CBO, mais valorizado pela sociedade.

“Pretendemos formar profissionais



Arquivo pessoal

“A Oftalmologia é uma especialidade completa, pois reúne a atuação clínica, a cirúrgica e a relacionada à reabilitação”

Keila Monteiro de Carvalho

com conhecimentos, habilidades e atitudes para o exercício da medicina com postura ética, visão humanística, senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania”, define Keila Monteiro de Carvalho, professora associada e chefe do Departamento de Oftalmo-Otorrinolaringologia da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Campinas.

Orientação para a promoção da saúde e prevenção de doenças, competência para o atendimento de urgências e emergências, habilidade para lidar com os múltiplos aspectos da relação médico-paciente, disposição para a aprendizagem durante toda a vida, auditoria do próprio desempenho e boa atuação e eventual liderança em equipe de saúde são as principais capacidades, segundo ela, que o especialista deve desenvolver. “A Oftalmologia é uma especialidade médica completa, pois reúne a atuação clínica, a cirúrgica e aquela

relacionada à reabilitação”, descreve a professora da Unicamp.

AVANÇOS TECNOLÓGICOS

Poucas especialidades médicas são tão ligadas à tecnologia como essa. A aparelhagem adequada é essencial ao diagnóstico e a certos tratamentos, sem falar na evolução marcante nos processos cirúrgicos tão delicados como os que envolvem o globo ocular, cuja tendência é serem cada vez menos invasivos e mais resolutivos, no sentido de livrar os pacientes da necessidade de lentes corretivas.

Por outro lado, essa aceleração encarece exponencialmente os custos da assistência à saúde ocular. “Precisa haver senso crítico para decidir onde é realmente necessário empregar os recursos, que são escassos, e diferenciar os progressos tecnológicos das campanhas de marketing da indústria”, alerta o professor da Unifesp. “É papel da universidade

agregar esse conhecimento.”

Mas, sem dúvida, os avanços possibilitados pela tecnologia valorizam o trabalho dos profissionais. “Evitar a perda da visão, responsável pela percepção de aproximadamente 85% das informações sobre o mundo exterior, ou recuperá-la é extremamente gratificante para o paciente e para o médico”, afirma Geraldo Almeida. “A especialidade tem um futuro brilhante; é muito estimulante para quem está começando.”

Apesar das dificuldades que se impõem à construção da carreira, muitos dos novos médicos pensam como ele, tanto é que o número de oftalmologistas é crescente. Há uma pirâmide etária de larga base na especialidade. “Por isso, temos o CBO Jovem, em que procuramos envolvê-los nas questões científicas e de defesa profissional”, conta o presidente da entidade. “Temos de abrir espaço e formar novas lideranças; incentivar o exercício de civismo, a necessidade do bem comum”. ■

Doutor, fique tranquilo! Com a MDS, seus maiores patrimônios estão protegidos.

A MDS Consultores de Seguros e Risco é a nova corretora credenciada da APM para seguros de automóvel, patrimonial (residência, clínicas etc.) e equipamentos.



- Custo competitivo e serviços diferenciados
- Carro reserva
- Assistência 24 horas
- Pagamento facilitado em até 11 vezes



- Custo diferenciado
- Assistência Residencial
- Cobertura para linha branca
- Cobertura de danos elétricos



- Patrimonial: Clínicas, consultórios e hospitais
- Notebook e netbooks
- Riscos Diversos

Aproveite as facilidades exclusivas para associados e familiares diretos (pais, filhos e cônjuges).

*Os detalhes sobre as coberturas, serviços, vantagens e benefícios de cada produto variam conforme contratação do seguro.

Entre em contato conosco:

Posto de Atendimento APM – (11) 3188-4564 ou (11) 3104-8501

E-mail: apm@mdsbr.com.br / Site: www.mdsbr.com.br



mds
CONSULTORES DE SEGUROS E RISCO